

Righi cobra uma participação maior

TARCISIO HOLANDA

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, disse ontem ao ministro Jarbas Passarinho que o presidente Fernando Collor precisa decidir, antes de mais nada, se quer fazer um governo de coalizão, o que é próprio de um sistema pluripartidário em regime presidencial, dando a seus aliados a oportunidade de participar da definição de todas as políticas públicas.

Não tem sentido, para o deputado paulista, que o Governo articule uma base política no parlamento, constituída de vários partidos, e não assegure a seus integrantes plena participação no processo decisório governamental. "Isso significa submeter à discussão entre os aliados todas as políticas públicas", advertiu Gastone Righi.

O líder do PTB argumentou que a constituição de uma sólida base de sustentação política para o Governo depende de uma decisão política do presidente da República. Esse apoio político será estável na medida em que o Presidente concorde em garantir o acesso dos seus aliados aos centros de decisão do Governo, no mais alto nível.

O Governo pode formar seu bloco no Senado. Assim garante para si certo controle sobre o processo legislativo, desde que conte com a lealdade do Senado. Mas a Câmara é a Casa política por excelência sendo mais difícil construir uma estável base de sustentação, assegurou o líder do PTB, durante a reunião que o ministro Jarbas Passarinho teve com os líderes de bancadas que apoiaram o Governo, no gabinete da liderança governista na Câmara.

O líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza, apoiou a tese defendida pelo seu colega do PTB, julgando sem sentido que as decisões continuem a ser tomadas em círculo fechado.

Lembra o deputado Gastone Righi que o governo de coalizão não chega a ser praticado nos Estados Unidos, porque lá existe, na prática, o bipartidarismo. Mas no Brasil, onde predomina o pluripartidarismo, é perfeitamente natural que o Presidente procure construir governo de coalizão para partilhar as decisões com os seus aliados no parlamento.

O líder petebista também reclamou uma ação política das principais lideranças do Congresso, a fim de restringir a edição das medidas provisórias. "Enquanto houver liberdade para a edição de medidas provisórias, o Collor não dará bola para o Congresso", foi o desabafo que Gastone fez para um amigo, comentando a reunião com Passarinho.

Um dos problemas do atual

Congresso, sempre lembrado, era sua falta de legitimidade política para tratar, em fim de mandato, com um presidente que iniciava o Governo ungido por 35 milhões de votos. "Agora, estamos na expectativa da posse de um Congresso que tem até mais legitimidade e mais votos do que o Presidente", observou Gastone. O parlamentar paulista não julga indispensável a participação de representantes desses partidos que apoiam o Governo na máquina administrativa, embora considere "desejável".

O novo Congresso virá muito mais cioso de suas prerrogativas do que o atual, na visão de deputado paulista. E certamente as principais lideranças chegarão a um entendimento para aprovar o projeto concebido pelo deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), que regulamenta o artigo 62 da Constituição, que autoriza o presidente da República a baixar medidas provisórias, "em caso de relevância e urgência".